



CME repudia ação do Prefeito em favor de retorno às aulas presenciais sem segurança

O Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo vem se somar ao protesto já divulgado pelas entidades que participam do GT criado para elaborar plano seguro de retomada das aulas presenciais no nosso município, entendendo que houve por parte do Executivo tentativa de deslegitimar e atropelar o grupo, em total desrespeito a todo o processo construído de forma coletiva desde o ano passado.

O prefeito Jhonny Maycon ainda tentou amenizar os impactos de seu autoritarismo e recorreu ao próprio GT para, sem sucesso, apresentar eventuais justificativas ao fato de ter desmontado o grupo no dia em que ocorreria reunião agendada com antecedência.

Na reunião marcada para dar suas explicações, o prefeito ouviu de diversas entidades a indignação com a forma pela qual o atual Governo conduziu suas decisões recentes. Com destaque, as representações de SEPE, SINPRO, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, Fórum Municipal de Educação, UFF/Friburgo, UERJ/Friburgo e Conselho Municipal de Educação apresentaram inúmeros questionamentos, cujo resumo segue adiante, ponto a ponto:

1 – Ao contrário do que tem argumentado o Prefeito, o Grupo de Trabalho não tem e nem nunca teve caráter meramente consultivo, pois esse limite não foi indicado em nenhum decreto, resolução, ofício, legislação ou determinação anterior. Composto desde o início por diversas cadeiras que representaram e debateram em nome do próprio Governo, tais como a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação, entidades que APROVARAM o Plano Seguro que estava em vigor por DUAS VEZES poucos dias antes de serem desmoralizadas pelo decreto de retorno açodado divulgado no dia 05/02 à noite.

2 – O Decreto 891, que determina retorno em 30 dias, NÃO SE BASEOU NAS ORIENTAÇÕES DA FIOCRUZ, uma vez que as orientações dessa instituição somente atestam a reabertura das escolas caso houver considerável investimento público para garantir estruturas adequadas e seguras às comunidades escolares, além da imposição de medidas firmes de isolamento social, o que a Prefeitura não tem se esforçado por fazer acontecer.

3 - As representações no GT questionaram a decisão que caracteriza a Educação como um serviço econômico essencial, destacando que o prefeito se baseou numa questão política premeditada que veio “de cima”, submetendo-se a definições impostas pelos governos estadual e federal e deixando de lado a especificidade do momento preocupante em que Nova Friburgo ainda se encontrada, além de desconsiderar totalmente o apelo feito por algumas entidades para que sejam ouvidos/as os/as PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, os quais seguem afirmando, na contramão dos negacionistas, que “ESSENCIAL É A VIDA”, para o que há necessidade URGENTE de promover a VACINAÇÃO UNIVERSAL E GRATUITA. Infelizmente, a Prefeitura apresenta um cronograma incerto e insuficiente, sem um calendário plenamente definido.

4 – O Plano de Retorno Seguro não foi sequer executado. A Prefeitura não se organizou para considerar, analisar, implementar e fiscalizar as fases INICIAIS do Plano Seguro que foi instituído em dezembro/2020. Evidenciou-se o descrédito para com a construção coletiva e democrática do Plano,



que contou inclusive com votos favoráveis das secretarias municipais.

5 – O Decreto 891 não apresenta qualquer planejamento social efetivo, que abarque toda a sociedade: tão somente decide pelo retorno das aulas, mas não se debruça sobre outras questões fundamentais, como a consequente superlotação de transportes coletivos e a situação desesperadora do Hospital Municipal Raul Sertã, segundo denúncias feitas até mesmo por vereadores da base de sustentação do governo. As entidades democráticas manifestaram também imensa preocupação com a estrutura das unidades escolares, recorrendo a palavras do próprio prefeito que, em reunião com o SEPE no último dia 29/01, definiu a condição das escolas como “deplorável” e foi além: “é o pior momento da História” dessas instituições.

6 – Foi questionado o fato de que não há diálogo verdadeiro da Prefeitura com as outras entidades envolvidas, tampouco com a sociedade em geral. O Governo se aproveita de alguns espaços nas redes e junto à mídia local para afirmar suas incertezas e seus pontos de vista parciais sem de fato debater nos espaços que foram implementados e conduzidos pelo próprio poder Executivo e que, até o Decreto irresponsável, vinham sendo propagandeados como fonte de uma construção coletiva que ao final foi sabotada para atender aos interesses de alguns grupos de empresários e daqueles que insistem no retorno irresponsável das aulas presenciais sem o cumprimento efetivo de medidas que garantam a segurança e a vida das pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, condenamos a divulgação de notas pela Prefeitura que citam as entidades representativas como se estivessem de acordo com suas ações. As instituições que construíram com seriedade o Plano Seguro em hipótese alguma corroboram com o retorno irresponsável das aulas presenciais sem que as escolas tenham estrutura para tal e sem que os/as profissionais da educação sejam tratados com a devida VALORIZAÇÃO que minimamente deveria ser implementada caso de fato se considerasse a Educação como atividade essencial.

O CME reafirma o compromisso na luta pelo direito à VIDA, pela valorização dos/as profissionais da educação, pelo investimento nas escolas e pela ampla VACINAÇÃO UNIVERSAL E GRATUITA.